



**ESTADO DO CEARÁ**  
**GOVERNO MUNICIPAL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MULUNGU**



**LEI Nº 407/2021**

**INSTITUI O PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO DO  
SERVIDOR DO PODER LEGISLATIVO  
MUNICIPAL POR MEIO DO AUXÍLIO  
ALIMENTAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE MULUNGU, ESTADO DO CEARÁ, no** uso de suas atribuições legais definidas na Lei Orgânica do Município de Mulungu, **FAZ** saber que a Câmara Municipal de Mulungu **APROVOU** e ele, **SANCIONA** e **PROMULGA** a seguinte Lei Municipal:

**Art. 1º** - Fica o Poder Legislativo autorizado a instituir o Programa de Valorização do Servidor, por meio de concessão de benefício específico de Auxílio Alimentação.

§1º - O auxílio alimentação consistirá em crédito financeiro que será fornecido mensalmente aos servidores públicos do quadro da Câmara Municipal comissionados e contratados, exceto, Vereadores, em pleno exercício da função.

§2º - O auxílio alimentação será concedido em pecúnia, por dia trabalhado, em folha de pagamento dos servidores.

§3º - Considera-se dia não trabalhado, para o desconto do Auxílio Alimentação, a proporcionalidade de vinte e dois (22) dias ao mês.

§4º - O Auxílio Alimentação será fornecido, sem ônus, descontos ou contrapartida no valor de R\$100,00 (Cem reais) por servidor, podendo ser reajustado ou majorado sempre mediante Lei.

§5º - O crédito concedido deverá ser utilizado exclusivamente para aquisição de gêneros alimentícios, materiais de higiene pessoal e produtos de limpeza.

**Art. 2º** - O Programa de Valorização do Servidor obedecerá a critérios de concessão e cancelamento do benefício mediante Lei Municipal específica.

**Art. 3º** - A concessão do Auxílio Alimentação ficará condicionada a disposição de recursos financeiros suficientes para custeá-los.

**Art. 4º** - Os valores recebidos a título de Auxílio Alimentação não poderão ser considerados salários, nem remuneração, não podendo em nenhuma hipótese ser incorporados aos vencimentos, não gerando direitos e reclamação trabalhista, nem incidirão sobre os mesmos quaisquer contribuições de INSS, seja a que título for.

Rua Coronel Justino Café, 136 – Centro – Mulungu – CE - CEP: 62764-000  
Fone: (85) 3328 – 1644 e-mail: [prefeituramulungu@gmail.com](mailto:prefeituramulungu@gmail.com)  
CNPJ: 07.910.730/0001-79  
[mulungu.ce.gov.br](http://mulungu.ce.gov.br)





**ESTADO DO CEARÁ**  
**GOVERNO MUNICIPAL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MULUNGU**



**Art. 5º** - O servidor terá o benefício do Auxílio Alimentação suspenso nos seguintes casos:

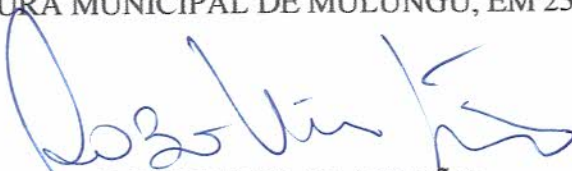
- I – Afastamento para exercício de mandato eletivo;
- II – Afastamento para estudo;
- III – Afastamento para servir a outro órgão ou entidade;
- IV – Suspensão em virtude de penalidade disciplinar;
- V – No período em que o servidor estiver afastado por motivo de férias, férias-prêmio, de licença a qualquer título, faltas ao serviço e em relação às demais ausências e afastamentos, inclusive nas hipóteses consideradas em Lei como de efetivo exercício.

**Art. 6º** - Em virtude do disposto no Inciso I do Art. 8º da Lei Complementar Nº 173/2020, somente surtirá efeitos financeiros desta Lei a partir do dia 01 de janeiro de 2022.

**Art. 7º** - As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão a conta dos recursos orçamentários consignados no orçamento da Câmara Municipal.

**Art. 5º** - A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MULUNGU, EM 23 DE SETEMBRO DE 2021.

  
**ROBERT VIANA LEITÃO**  
PREFEITO MUNICIPAL DE MULUNGU  
PREFEITURA M. MULUNGU  
*Robert Viana Leitão*  
Prefeito Municipal  
CPF 932.056.053-68 Gestão 2021/2024

